

# Ocupação Contínua Litorânea do Paraná: uma leitura do espaço\*

Rosa Moura\*\*

Débora Zlotnik Werneck\*\*\*

---

## RESUMO

*Os municípios litorâneos, pelas suas características de elevado crescimento populacional, diversificação funcional e da estrutura produtiva, e configuração de manchas contínuas de ocupação, inscrevem-se – reservada a escala – na dinâmica das espacialidades de concentração, fundamentalmente representadas pelas aglomerações urbanas. No Paraná, essas espacialidades estão sendo objeto de projeto de pesquisa que, dentre outros, contempla, para sua análise, leituras do espaço, que buscam não só aprofundar o conhecimento quanto às características locais, como também apreender os vetores de transformações e provocar discussões a respeito de sistemáticas apropriadas de gestão do espaço aglomerado. Este artigo sintetiza os resultados da aplicação dessa técnica nos municípios da ocupação contínua litorânea do Paraná.*

**Palavras-chave:** *aglomerações urbanas; urbanização litorânea; gestão do espaço; espacialidades de concentração; ocupações contínuas.*

## ABSTRACT

*Municipalities situated in the Brazilian coast line show characteristics such as increasing and continuous demographic growth, functional diversification, modernization of productive structure, and continuous urban occupation. Such characteristics – scale not considered – inscribe them in concentration spatiality, or spatial configuration basically represented by urban agglomerations. In the State of Paraná, this kind of spatiality is object of a research project involving spatial interpretation, among others, in its analysis in order to improve the knowledge on local characteristics for both the arrangement of agglomerated areas and their change vectors, and to provoke discussion on appropriated management mechanisms. This article summarizes the main conclusions of such technique use in the municipalities with continuous occupation in the Paraná coast.*

**Key words:** *urban agglomeration; continuous occupation; urban and regional management; concentration spatiality.*

---

\*Participaram da equipe de pesquisadores que produziu este trabalho: Celso Gonçalo Dias Junior, Maria de Lourdes Urban Kleinke e Marley Vanice Deschamps. Foram responsáveis pelo geoprocessamento das informações: Julio Cesar de Ramos, Lucrecia Zaninelli, Mariane Luiz Barberi e Renate Wins.

\*\*Geógrafa, pesquisadora do IPARDES. E-mail: rmoura@pr.gov.br

\*\*\*Arquiteta, pesquisadora do IPARDES. E-mail: deboraw@pr.gov.br

## INTRODUÇÃO

A realização desta leitura do espaço fundamenta-se em uma concepção de espaço enquanto uma produção social em constante movimento. Pautando-se em SANTOS (1999, p.51), compreende-se espaço como o resultado de relações históricas que não dissociam o meio natural e o artificial (produto das ações do social) ou o meio natural e o político (o território e suas normas). Trata-se de um "híbrido" formado por um "conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá". Ler o espaço é, pois, tentar apreender suas feições naturais modificadas pelas ações humanas, seus objetos construídos e os fluxos de relações que se estabelecem entre as suas mais variadas forças atuantes.

Essa compreensão impõe o desafio de acompanhar e absorver as mudanças do espaço. Refletindo com CASTELLS (1999, p. 435), o "espaço é a expressão da sociedade. Uma vez que nossas sociedades estão passando por transformações estruturais, é razoável sugerir que atualmente estão surgindo novas formas e processos espaciais". Assim, a principal preocupação do projeto de pesquisa Espaços de Concentração no Paraná, no qual se inscreve o presente estudo, incide em revelar essas novas formas espaciais e em entender os sentidos e funções que se materializam no espaço paranaense.

Análises anteriores identificam recortes espaciais que se distinguem no universo de municípios, peculiarizando-se por dinâmicas antagônicas, porém articuladas num único processo (CARACTERIZAÇÃO, 1999; IPARDES, 2000). No caso paranaense, esses recortes expressam áreas de concentração e de esvaziamento resultantes da reestruturação da base produtiva. Cabe estudar essa dinâmica diante das oportunidades e limitações postas à sua inserção no novo contexto da economia brasileira, focalizando, com particularidade, as aglomerações urbanas e as ocupações contínuas – espacialidades de concentração que dão suporte às transformações em curso –, procurando identificar suas características e tendências, compreender os efeitos socioeconômicos e ambientais produzidos pelas novas ordens de relações e colocar em discussão os mecanismos necessários para a gestão do espaço, assim como a produção de políticas públicas compatíveis com as novas exigências.

O projeto de pesquisa entende por espaços de concentração o recorte formado pelo conjunto de municípios contíguos que apresentam indicadores expressivos da dinâmica populacional, econômica e complementaridade quanto às funções urbanas. Nestas espacialidades, a ocupação do solo se dá em continuidade e/ou descontinuidade, com forte articulação entre áreas internas de municípios, entre municípios, estados e/ou até entre países.

Decorrentes da redistribuição espacial da atividade econômica e dos movimentos populacionais que configuram o arranjo de cidades, essas espacialidades passam a constituir os principais elos da rede urbana do Paraná. São elas: a aglomeração metropolitana de Curitiba, os complexos urbanos do Oeste (aglomerações de Cascavel e de Foz do Iguaçu) e do Norte do Estado (aglomerações de Londrina e Maringá) e a ocupação contínua litorânea (IPARDES, 2000). Esta, embora em termos de porte populacional e de importância econômica seja relativamente menor que as demais, enquadra-se na mesma categoria pela sua dinâmica de crescimento acelerado, denso e extravasado sobre municípios contínuos, os quais perfazem entre si um sistema de relações de interdependência.

O fenômeno da configuração dessas espacialidades remete ao desafio de aprofundar o conhecimento de suas características e transformações, apontando mecanismos que viabilizem uma gestão conjunta. A ampliação e a mudança no perfil das demandas, assim como o seu caráter extramunicipal, criam novas exigências aos gestores, tanto no que se refere à

criação de mecanismos institucionais e financeiros compatíveis com espaços contínuos, quanto à introdução de práticas que privilegiem a articulação de agentes e de esforços num projeto comum, revalorizando e garantindo maior competitividade a essas espacialidades.

No caso paranaense, embora tenham diferentes escalas, as espacialidades apresentam semelhante complexidade. Algumas são relativamente estruturadas para um processo articulado de gestão, outras carecem ainda de desenvolver uma reflexão que subsidie a organização de sistemáticas de ação conjunta.

A análise destas espacialidades incide sobre dois temas abrangentes que apresentam complementaridade: o padrão de especialização da economia paranaense e a percepção dos seus efeitos nas relações socioespaciais. Com relação ao primeiro, a análise está centrada na performance setorial da economia, de modo a caracterizar a diversidade intra-regional e colocar em pauta elementos que facilitem a compreensão das tendências regionais, particularmente afetas aos novos investimentos e ao potencial de crescimento econômico-regional associado a esse padrão de especialização. Quanto aos efeitos socioespaciais, a análise abrange as mudanças quantitativas e qualitativas no perfil do emprego, a degradação ambiental decorrente dos requisitos de competitividade associados às formas de uso dos recursos ambientais, o reordenamento espacial resultante da redistribuição da atividade econômica e da população, os fluxos migratórios, o novo padrão funcional traduzido pelos diferentes papéis assumidos pelas centralidades, assim como a intensificação das demandas sociais.

Para esse fim, a agenda de trabalho tem por base a organização, análise e geoprocessamento de um conjunto de informações populacionais, econômicas, sociais, sobre uso do solo e sobre gestão, cujas principais fontes são censitárias – em nível de desagregação por setor censitário –, além de outras oficiais. Tem por base ainda a interpretação de imagens de satélites e a realização de uma leitura de espaço.

A leitura de espaço consiste em uma técnica de análise que associa a leitura verbal do espaço urbano (dos elementos formais como infra-estruturas instaladas, edificações, parcelamentos, usos, composição populacional, dentre outros) à leitura não-verbal (das imagens que assinalam as relações e realizações humanas, e seu campo de representações que modelam o cotidiano, expressas em intenções e conflitos). Segundo FERRARA (1988), a linguagem urbana é operativa e funcional ao seu próprio conhecimento, já que sinaliza as transformações econômicas e sociais por meio de formas, imagens e signos, cuja percepção permite desvendar a essência dos fenômenos, oculta sob o aparente.

Assim, a análise do processo de ocupação e uso do solo urbano associa o estudo de informações pautadas em imagens de satélite e em dados secundários ao percurso de campo pelas áreas definidas, permitindo aferir os limites físicos da mancha continuamente ocupada, além de apreender a heterogeneidade das condições da ocupação e suas formas e imagens resultantes. Contempla também entrevistas com representantes do poder público e da comunidade locais, segmentos com atuação no mercado imobiliário e na gestão urbana, procurando captar interesses e habilidades.

Este artigo sintetiza o relato final desse processo de análise da ocupação contínua litorânea. Sua divulgação visa não somente expor os fenômenos em curso nessa espacialidade, ofertando indicativos de desdobramentos necessários para que se construa uma agenda de políticas e intervenções, mas também ampliar o debate em torno da temática emergente da gestão de espaços aglomerados.

## 1 ASPECTOS DA SOCIOECONOMIA

A ocupação contínua litorânea paranaense, formada pelos municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná e Paranaguá, tem um crescimento populacional num patamar tão elevado quanto o padrão das demais aglomerações urbanas (DESCHAMPS et al., 2000).<sup>1</sup> Mas cabe perguntar que tipo de espaço esse crescimento está produzindo e, de modo mais particular, quais atividades estão dando sustentação a esse crescimento, e ainda quais instrumentos de planejamento poderiam orientar o processo de uso e ocupação do solo, assegurando a qualidade do ambiente e da vida da população?

Esse questionamento é pertinente dado que esse crescimento populacional não encontra reciprocidade na economia local, a qual não apresenta expressividade na dinâmica econômica paranaense. A participação desses municípios no valor adicionado estadual apresentou redução após os anos 80. Paranaguá, por exemplo, que determina essa participação, mostrou um declínio, passando de 3,43% em 1980, quando se destacava na 5ª posição dentre os municípios paranaenses, para 1,29% em 1989, enquanto os demais municípios tinham uma pequena, porém crescente, participação (tabela 1).

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO NO TOTAL DO ESTADO - OCUPAÇÃO CONTÍNUA LITORÂNEA - 1980/1996

MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO %				
	1980	1985	1986	1989	1996
Paranaguá	3,439	2,503	1,657	1,299	1,318
Guaratuba	0,022	0,038	0,033	0,046	0,072
Matinhos	0,012	0,014	0,025	0,046	0,060
TOTAL	3,474	2,555	1,715	1,391	1,450

FONTE: SEFA

Nos anos recentes, Paranaguá aponta para uma relativa recuperação econômica. Entre 1989 e 1996, passa para 1,31%, porém perde posição relativa diante dos demais municípios paranaenses, situando-se como o 10º do *ranking* da renda estadual. No conjunto, a aglomeração reúne municípios dentre os poucos que apresentam uma evolução positiva da participação percentual na renda do Estado.

Essa participação se sobressai com base no setor serviços, que apresenta em 1996 a participação de 4,457% do valor adicionado setorial (tabela 2). É relevante a participação de Paranaguá nesse conjunto, com a contribuição de 4,139%, sendo o 5º município do Paraná na composição dessa renda setorial.

O fortalecimento das atividades desse setor no período 1989/96, basicamente decorrente da função portuária em Paranaguá e balneária e/ou turística em Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, é mais perceptível na composição da estrutura municipal da renda, que demonstra ganhos relativos no âmbito dos serviços em detrimento dos demais setores, mesmo sendo o comércio o setor com maior representatividade (tabela 3).

<sup>1</sup>Sobre este tema, ver ainda nesta Revista o artigo "Os fluxos migratórios e as mudanças socioespaciais na ocupação contínua litorânea do Paraná".

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO SETORIAL NO TOTAL DO ESTADO - OCUPAÇÃO CONTÍNUA LITORÂNEA - 1996

MUNICÍPIO	SETOR (%)			
	Primário	Secundário	Comércio	Serviços
Paranaguá	0,174	0,705	2,372	4,139
Guaratuba	0,052	0,055	0,102	0,122
Matinhos	0,003	0,041	0,091	0,196
TOTAL	0,229	0,801	2,565	4,457

FONTE: SEFA

TABELA 3 - ESTRUTURA SETORIAL DO VALOR ADICIONADO DO MUNICÍPIO - OCUPAÇÃO CONTÍNUA LITORÂNEA - 1989 E 1996

MUNICÍPIO	SETOR (%)				TOTAL
	Primário	Secundário	Comércio	Serviços	
1989					
Paranaguá	0,36	16,64	67,83	15,17	100
Guaratuba	21,99	25,94	38,93	13,15	100
Matinhos	3,64	17,11	56,97	22,28	100
1996					
Paranaguá	2,44	26,35	40,34	30,86	100
Guaratuba	13,54	37,65	32,05	16,75	100
Matinhos	0,93	33,32	33,75	32,00	100
TOTAL	2,93	27,20	39,66	30,21	100

FONTE: SEFA

O Porto de Paranaguá, maior do sul do Brasil, estruturado principalmente para exportações do complexo soja, encontra-se em fase de diversificação para operar com carga geral e containerizada, veículos e produtos líquidos. Nesse sentido, vem recebendo investimentos em infra-estrutura para expansão de cais acostável e de terminal especializado para movimentação de contêineres e veículos. O crescimento de empresas que operam com essas novas mercadorias implicou na construção de mais instalações portuárias, que passaram a ocupar inúmeras áreas nas proximidades do porto, nos limites urbanos da cidade.

Associada a essa especialidade exportadora do complexo soja, Paranaguá ganha expressividade na indústria química, em seus segmentos de esmagamento e refino de grãos, participando com 3,068% no valor adicionado desse gênero industrial no Estado em 1996 (tabela 4).

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO NOS PRINCIPAIS GÊNEROS INDUSTRIAIS NO VALOR ADICIONADO - OCUPAÇÃO CONTÍNUA LITORÂNEA - 1996 (APENAS PARTICIPAÇÕES SUPERIORES A 0,010%)

MUNICÍPIO	GÊNEROS INDUSTRIAIS (%)						
	Madeira	Alimentos	Confecções	Metalúrg.	Transportes	Mobiliário	Química
Paranaguá	0,039	0,851	0,018	0,113	0,01	0,013	3,068
Guaratuba	0,055	0,032	0	0	0	0	0
Matinhos	0	0,01	0	0,02	0	0	0
TOTAL	0,094	0,893	0,018	0,133	0,01	0,013	3,068

FONTE: SEFA

Nos demais municípios da aglomeração, as atividades próprias das funções de balneário e/ou turismo correspondem a demandas sazonais, sofrendo cada vez mais o impacto de temporadas com movimento intenso em períodos reduzidos, o que provoca desequilíbrios nas possibilidades de oferta de serviços e na própria capacidade do atendimento do comércio e serviços. Durante as temporadas, a dimensão do movimento faz com que seja ampliada a capacidade desse atendimento. Passadas as temporadas, é cada vez mais difícil o retorno e readaptação ao patamar restrito das demandas cotidianas, sujeitando as atividades do terciário desses municípios a uma sensível estagnação.

Não há novos investimentos produtivos previstos, a curto prazo, para essa área. Esta situação poderá estar reforçando a heterogeneidade da distribuição no espaço dos indicadores sociais e de infra-estrutura urbana, constatada nas informações censitárias.

Segundo dados do Censo Demográfico de 1991, há uma convergência de indicadores de melhor desempenho num contínuo paralelo à orla, principalmente nos balneários dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, e nas áreas centrais, de ocupação mais consolidada, de Paranaguá e Guaratuba.

Os setores censitários que apresentam maiores densidades de moradores por domicílio localizam-se nas áreas centrais dos municípios de Paranaguá, Pontal do Paraná e Guaratuba. Os demais setores, desocupados na maior parte do ano, adensam substancialmente durante as temporadas, pressionando a infra-estrutura disponível e prejudicando sua eficácia.

Assim, o abastecimento de água e coleta de esgotos, já restritos a parcelas do território, tornam-se comprometidos. Escassez, por um lado, e sobrecarga, por outro, a descontinuidade da demanda dificulta a possibilidade da oferta, prejudicando o consumo e a qualidade de vida de toda a população.

O abastecimento de água por rede geral, que atende a 90,88% dos domicílios de Paranaguá, 88,84% de Matinhos e 92,97% de Guaratuba (tabela 5), está concentrado nas áreas centrais de Paranaguá e Guaratuba, nas ocupações já consolidadas, e no balneário de Caiobá (mapa 1). Especificamente nesse caso, o poder público de Matinhos demonstra priorizar áreas com uso esporádico do sistema, mantendo-o ocioso fora das temporadas, privando desse serviço básico o usuário residente.

TABELA 5 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM MAIS DE 6 MORADORES, PRECÁRIOS, SEM CANALIZAÇÃO INTERNA, LIGADOS ÀS REDES DE ÁGUA E ESGOTO - OCUPAÇÃO CONTÍNUA LITORÂNEA - 1991

MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS (%)				
	Com mais de 6 moradores	Precários	Sem canalização interna	Ligados à rede de água	Ligados à rede de esgoto
Guaratuba	21,54	0,83	7,90	92,97	0
Matinhos	16,22	0,32	4,78	88,84	15,87
Paranaguá	19,39	0,38	9,00	90,88	0,98

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

O esgotamento sanitário distribui-se com mais restrição que o abastecimento de água, limitando-se às áreas nobres de Matinhos (Caiobá), e inexpressivamente a porções centrais de Paranaguá (mapa 2).

Indicando maior deficiência no que se refere à condição do domicílio, a ausência de canalização interna é percebida nos setores censitários correspondentes às áreas de

expansão urbana em Paranaguá, particularmente na Ilha de Valadares e loteamentos nos eixos rodoviários, assim como nas áreas de expansão das ocupações em Matinhos, correspondendo aos balneários de Santa Terezinha, vizinhanças do St. Etienne, e em ocupações recentes de Guaratuba, especialmente na região de Piçarras (mapa 3).

De modo geral, é nessas áreas que se encontram os domicílios mais precários, identificados pelo IBGE como subnormais e provisórios. Estão presentes nos setores censitários correspondentes a Piçarras, Figueiras e Carvoeiro, em Guaratuba; Vila Nova e Tabuleiro, em Matinhos; e Ilha de Valadares e áreas de expansão ao longo das rodovias, em Paranaguá, principalmente nos extremos da ocupação ao longo da BR 277 (mapa 4).

No tocante à renda e instrução dos chefes de domicílios, repete-se a distribuição heterogênea. Em geral, há um grande número de setores censitários nos quais a proporção de chefes com renda média de até 1 salário mínimo é da ordem de 25%. Poucos setores, especialmente aqueles localizados nas áreas centrais consolidadas dos municípios, contêm maiores proporções de chefes de domicílio com rendimento médio superior a 20 salários mínimos (mapa 5). Basicamente, a proporção dessas duas ordens de rendimento médio para a aglomeração como um todo – inferior a 1 e superior a 20 salários mínimos – é de aproximadamente 20%, para a primeira, sendo mais elevada em Pontal do Paraná (22,15%), e em torno de 1% para a segunda, que atinge em Paranaguá 1,69%, a maior proporção entre os municípios (tabela 6).

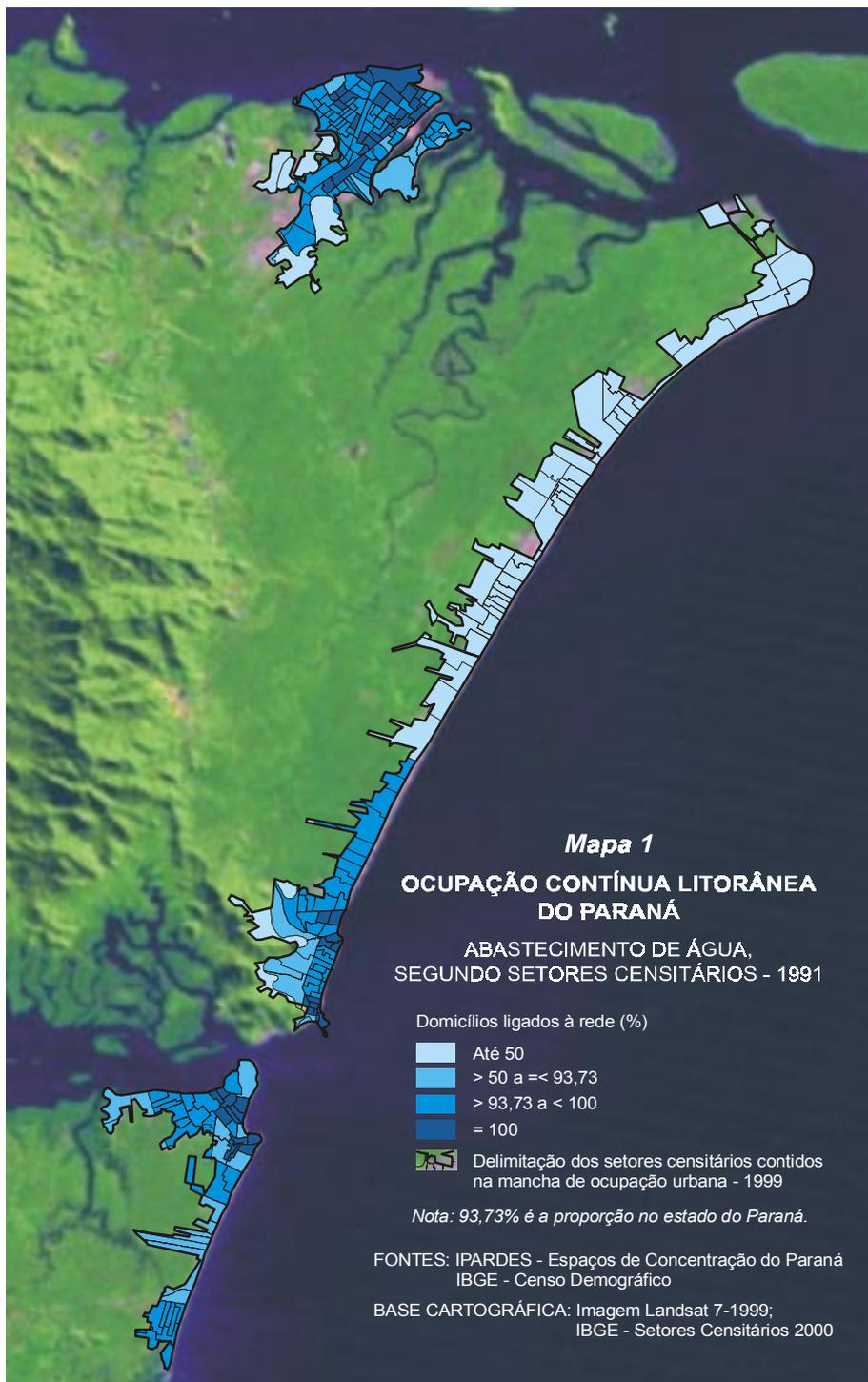
TABELA 6 - PERCENTUAL DE CHEFES DE DOMICÍLIOS COM BAIXA INSTRUÇÃO, COM MAIS DE 15 ANOS DE ESTUDO, COM RENDA DE ATÉ 1 SM E SUPERIOR A 20 SM – OCUPAÇÃO CONTÍNUA LITORÂNEA - 1991

MUNICÍPIO	CHEFE DO DOMICÍLIO (%)			
	Instrução		Renda	
	Até 3 anos de estudo	Com mais de 15 anos de estudo	Até 1 SM	Mais de 20 SM
Guaratuba	42,92	2,51	20,72	1,29
Matinhos	32,59	2,36	19,68	0,96
Paranaguá	31,00	4,87	19,75	1,69
Pontal do Paraná	36,31	2,37	22,15	0,68

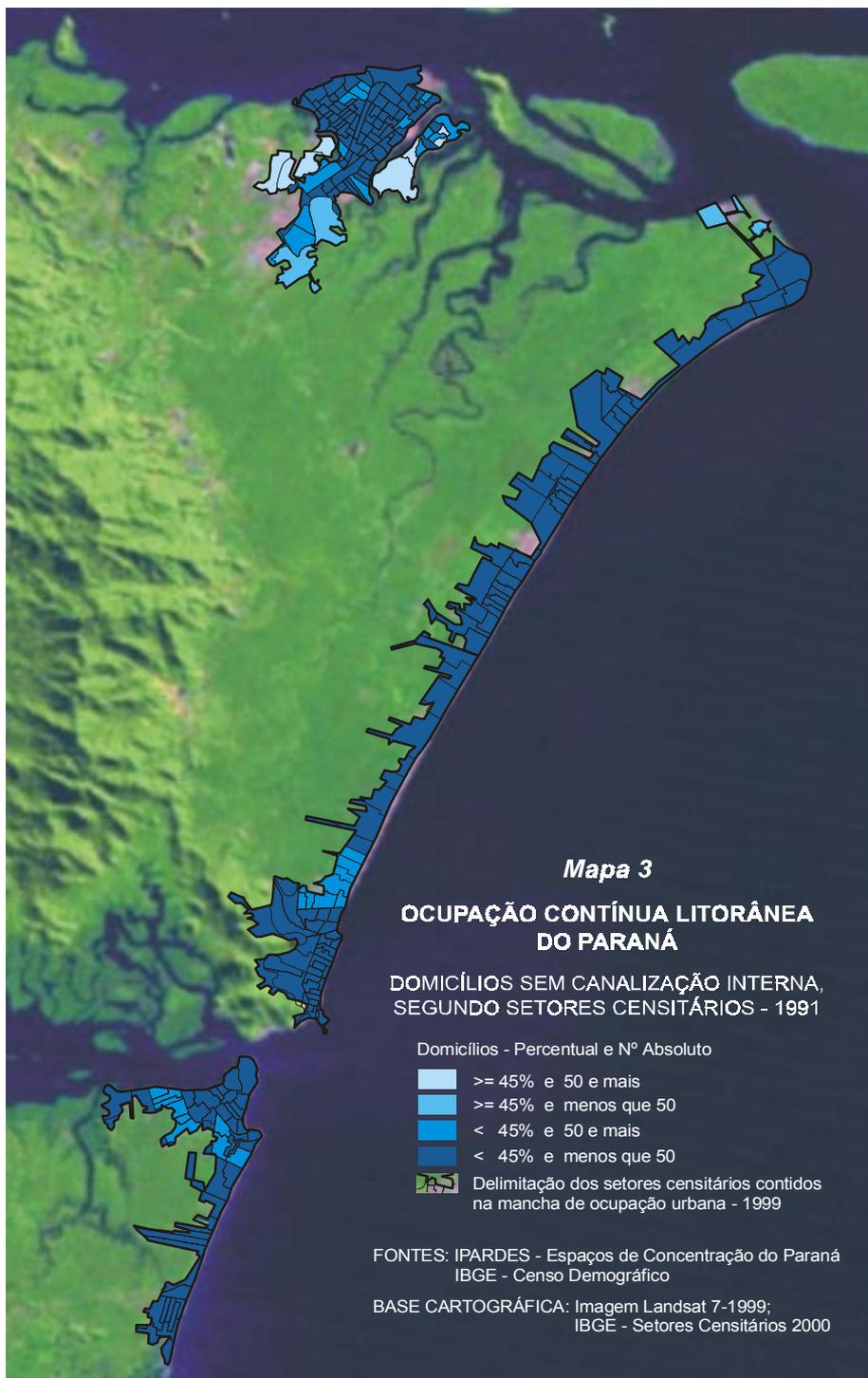
FONTE: IBGE - Censo Demográfico

Com relação à instrução, há grande coincidência com o comportamento verificado para a renda, porém apontando para uma situação de maior precariedade. A maioria dos setores censitários apresenta proporções na ordem de 25% a 50% dos chefes de domicílio com instrução abaixo de três anos de estudo (mapa 6). Em média, é Guaratuba que apresenta maiores proporções desses casos (42,92%). O extremo superior (mais de 10% dos chefes com mais que 15 anos de estudo, em média) repete, nos setores censitários das áreas centrais dos municípios, a mesma concentração já constatada nos demais indicadores. Em média, é Paranaguá que apresenta uma maior proporção de chefes com melhor grau de instrução, porém não atinge 5% do total dos chefes de domicílios (ver tabela 6).

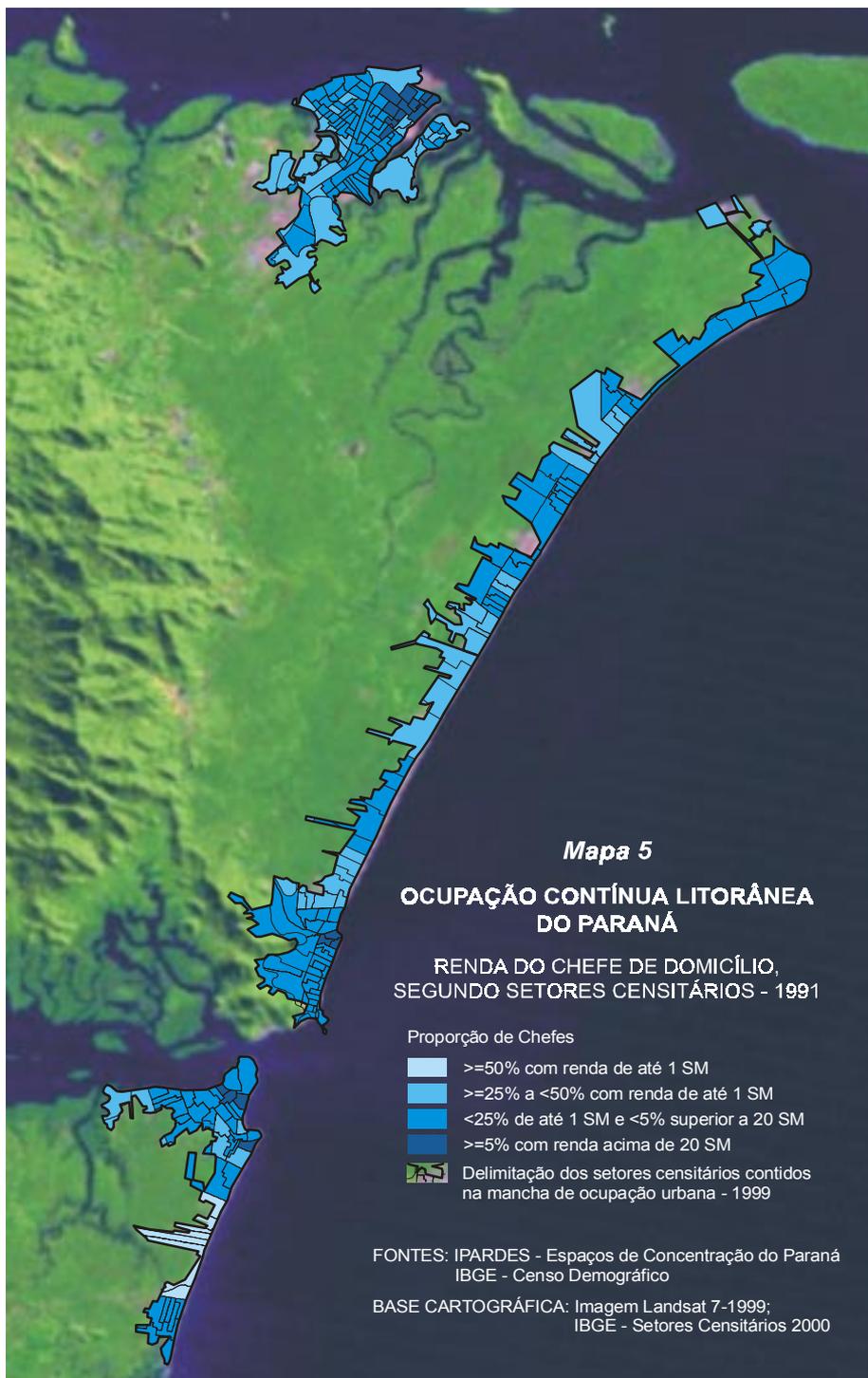
Há que se considerar que, embora sejam informações de 1991, elas permanecem apropriadas para descrever o rebatimento espacial das condições sociais dos moradores, já que os resultados cartografados dessa base de dados se confirmam nas feições verificadas na leitura do espaço. O Censo 2000 certamente garantirá maior precisão quanto aos valores absolutos dos indicadores, dada sua atualização, e rigor quanto aos limites de suas áreas de incidência.

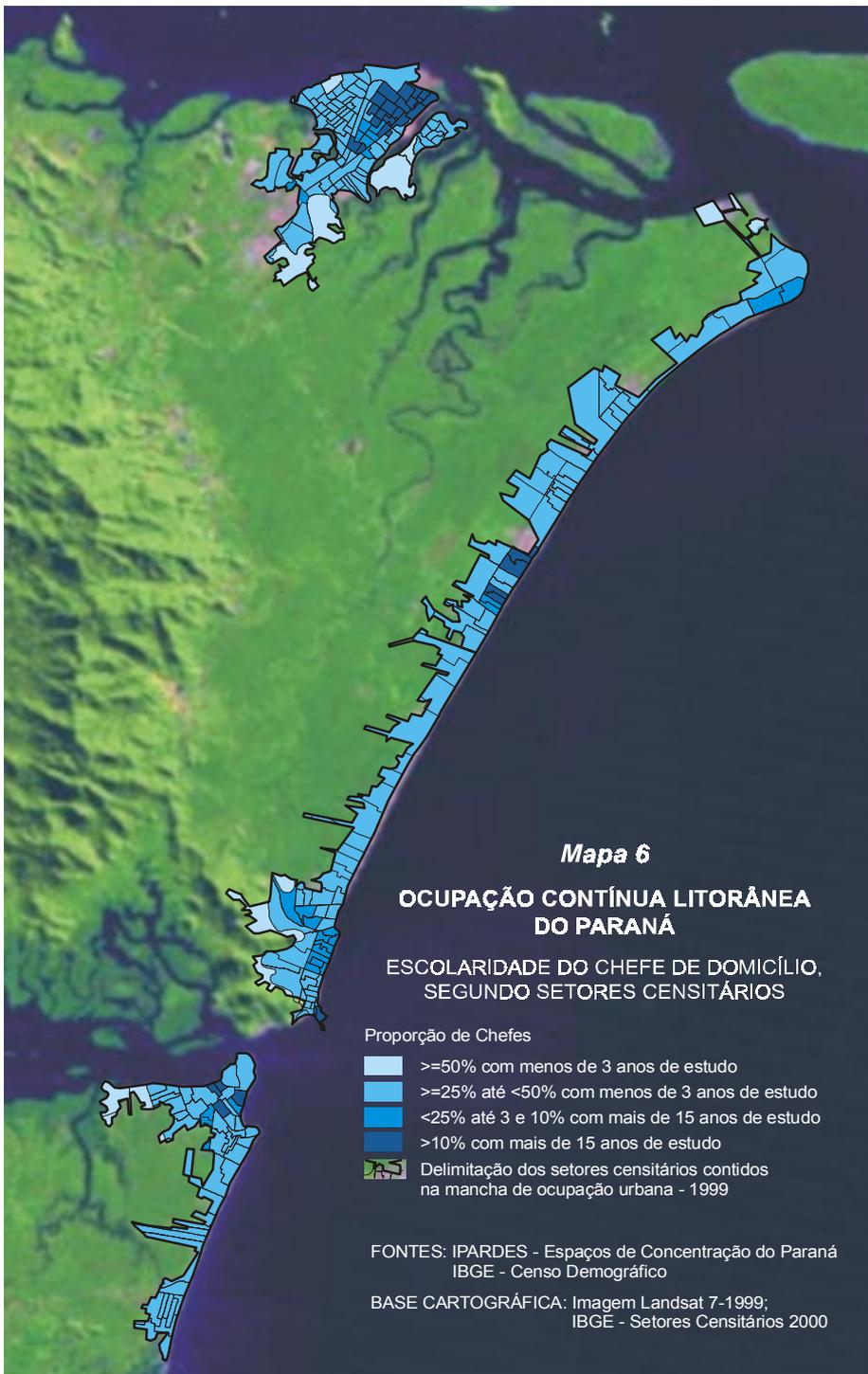












## 2 OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

A rede de cidades da ocupação contínua litorânea difere das demais aglomerações urbanas na sua natureza. A maioria das aglomerações resulta das relações verticais entre pólo e municípios adjacentes, pautadas em uma dinâmica econômica que integra o conjunto estabelecendo fluxos de complementaridade, ainda que de caráter segregador. Isto porque apenas o pólo e um ou outro município oferecem as vantagens comparativas ao novo padrão de investimentos e, devido à sua equipamentação em infra-estrutura e serviços para atender às exigências desse novo padrão, apresentam um valor do solo altamente restritivo.

Na aglomeração litorânea, há duas ordens distintas quanto à dinâmica econômica e funcionalidade urbana: em Paranaguá, estruturam-se, principalmente, para o desenvolvimento da função portuária; nos demais municípios, apresentam características de cidade balneária, adequando-se às necessidades de um padrão de ocupação e uso que privilegia a sazonalidade.

A ausência de polarização fica evidente nos resultados do estudo Região de Influência das Cidades (IBGE, 2000), que demonstra que as relações de busca por funções de alta e média complexidade na ocupação contínua litorânea descrevem vetores que partem de cada município em direção a Curitiba, sem a procura por um patamar intermediário. Mesmo Paranaguá, centro mais equipado de todo o litoral do Estado, enquadra-se no nível de centralidade "muito fraco", correspondente à categoria de município subordinado, ou seja, aquele que não exerce polaridade, situando-se na área de influência de Curitiba.

No caso do litoral paranaense, pode-se verificar uma mancha de ocupação quase contínua em toda a orla sul, desde Paranaguá, adentrando Santa Catarina. Essa mancha sofre apenas interrupções por barreiras naturais, como baías, canais, mangues e outros, mas sua ocupação apresenta características heterogêneas, ainda que decorrentes de um mesmo processo.

Nos anos recentes, essa mancha de ocupação apresentou uma configuração espacial que se alastra em faixa contínua nas imediações da costa, ao mesmo tempo em que adentra em direção a encostas. Este espraiamento vem comprometendo a otimização dos investimentos em infra-estrutura, assim como a degradação do ambiente, criando em muitos casos áreas carentes e em condições de risco ambiental.

Não são recentes, mas seguem recorrentes, as observações quanto à inadequação das ocupações no litoral (AS PRAIAS, 1984 e LIMA; NEGRELLE, 1998). É o caso de parcelamentos e ocupações sobre áreas emersas originadas por deposição de areias das dinâmicas costeiras, como se verifica em Caiobá (Matinhos) e Pontal do Paraná, e litoral-fluvial, como em Barra do Saí (município de Guaratuba) – áreas passíveis de fases erosivas futuras (ANGULO; SOUZA, 1998). Além de onerarem os municípios com a exigência de obras de contenção, tornam vulneráveis as edificações e a vida dos moradores.

São inadequadas também a remoção e a ocupação de antedunas contíguas às praias, pela exposição direta aos movimentos de marés, no primeiro caso, e pela instabilidade do terreno, no segundo. Nesse aspecto, a ocupação inadequada do solo adquire maior visibilidade quando ocorrem as "ressacas", ocasiões em que a ação do mar avança sobre o sistema viário urbano e as edificações contíguas à linha da orla, desprotegidas das faixas de recuo, que permitiriam os livres movimentos naturais de erosão/sedimentação.

Nas encostas, os períodos de chuvas favorecem escorregamentos de vertentes, quando estas sofrem intervenções que rompem seu equilíbrio natural, como desmatamentos, cortes ou aterros. Dessa forma, o aumento da ocupação dessas áreas torna maior a probabilidade de riscos.

Uma comparação das imagens de satélites de 1995 e 1999 permite confirmar as direções assumidas pela dinâmica de ocupação e incita a especular que, salvo intervenções eficazes de controle de uso do solo e oferta de moradias de baixo custo, a ocupação tenderá a prosseguir em continuidade nos vetores definidos.

As principais características decorrentes da configuração desse espaço podem ser representadas tanto pela expansão e adensamento da linha da costa por edifícios e parcelamentos voltados ao uso sazonal de veranistas de média e alta renda, quanto pela ampliação das áreas de ocupações de baixa renda já existentes com avanço de novas ocupações em direção a áreas menos qualificadas, no interior dos municípios, dentre as quais se distinguem ocupações legais de loteamentos regulares e ocupações ilegais em loteamentos vazios ou adentrando áreas ambientalmente vulneráveis. Nesse caso, as encostas vêm sendo alvo de todo o tipo de ocupação, causando prejuízos não só aos moradores como também ao patrimônio ambiental.

Constata-se, na leitura do espaço, um intenso processo de renovação de uso de áreas originalmente ocupadas por colônias de pescadores, seja na costa, seja nas margens das baías, rios e canais, com a construção de casas de veraneio ou pequenas marinas, privatizando esses bens naturais e restringindo o acesso público a eles. É o caso das marinas nas baías de Guaratuba e Paranaguá, respectivamente nas margens dos rios Boguaçu Mirim e Itiberê, que, além de comprometerem o meio ambiente, provocam um movimento de expulsão da população ribeirinha original (DIAS JUNIOR et al., 1992), compondo um típico processo de periferação urbana.

Além de marinas, empreendimentos de grande porte se sucedem nas áreas de restingas e de mangues, como condomínios horizontais em Pontal do Paraná, a própria expansão da área portuária de Paranaguá, e, nesse município, o grande número de loteamentos que, continuamente, vêm provocando o desaparecimento de manguezais e restingas (CANE-PARO, 1998), comprometendo um dos ecossistemas mais importantes do litoral paranaense.

Com poucos manguezais remanescentes, situação peculiar de processo de renovação ocorre na Ilha de Valadares, bairro residencial de Paranaguá. Originalmente uma área de marinha habitada por pescadores e moradores de baixa renda, vem sofrendo rápido processo de ocupação, sediando hoje até mesmo uma subprefeitura. Pela sua localização privilegiada, próxima ao centro de Paranaguá, atualmente é objeto de forte pressão de uso por moradores de classes médias. Sua ligação a Paranaguá apenas por uma passarela de pedestres, com a ausência de uma ponte para veículos, ao mesmo tempo que dificulta as relações com o continente, valoriza a área para ocupações de lazer e moradia de nível mais seletivo.

A situação se reproduz na Ilha do Mel, igualmente reduto de pescadores na sua origem. Segundo entrevistas realizadas nas prefeituras dos municípios de Pontal do Paraná e Paranaguá, assim como estudos sobre problemas e potencialidades da exploração do ecoturismo na área (SILVEIRA, 1998), a intensificação da presença de turistas e a proliferação de pousadas e de *campings* no local, assim como de bares e restaurantes, têm mudado o padrão de uso e ocupação histórico. Embora sob controle dos órgãos estaduais de meio ambiente, a Ilha sofre os riscos de um turismo predatório.

A mudança no perfil também se dá nos usos das áreas tradicionalmente ocupadas. Com a chegada de moradores de renda média, alguns procurando instalar "negócios", outros buscando melhorar a "qualidade de vida", o comércio e os serviços locais passam a ter um movimento ampliado e, em alguns casos, mais qualificado, com aumento do número de estabelecimentos. Concomitantemente, junto com a necessidade de manutenção dos imóveis de veraneio e atenção às demandas sazonais, abre-se um mercado de ocupações informais que pode dar sustentação, mesmo que precária, à oferta crescente de mão-de-obra menos qualificada.

A leitura do espaço aponta ainda o surgimento, nos balneários ao longo da Rodovia PR 412, que margeia a costa, de novos loteamentos para usuários de média e alta renda, com baixa densidade de ocupação. No município de Guaratuba, essa oferta se dá na direção dos limites com o Estado de Santa Catarina (Balneários Eliana, Nereidas e Coroados). Em Matinhos, em direção aos limites com o município de Pontal do Paraná – ali se localizam alguns empreendimentos verticais acessíveis à classe média, estendendo e popularizando a linha balnearia de Caiobá, considerada a área nobre do litoral paranaense. Em Pontal do Paraná, reproduz-se a ocupação horizontal de baixa densidade ao longo da costa. Neste município, sem constituir uma ocupação física, a afluência de turistas que utilizam o terminal de embarque para a Ilha do Mel vem provocando mudanças na estrutura urbana, no tocante à adaptação para atividades de prestação de serviços, como transportes, estacionamentos, postos de combustíveis, alimentação, dentre outras.

As entrevistas realizadas durante a leitura do espaço enfatizaram que há um intenso movimento de ocupações ilegais de loteamentos por populações de baixa renda. O setor imobiliário, ao mesmo tempo em que demonstrou certa preocupação com a lentidão do ritmo do mercado imobiliário para as classes média e alta, a despeito de sua expansão física, transmitiu preocupação maior com a dificuldade de controlar as ocupações ilegais. No entanto, entrevistados do setor asseguram que a ausência de programas para habitação de baixa renda, que contemplem o aumento evidente da demanda, acaba legitimando tais ocupações. Acrescentam que também é evidente uma certa convivência do setor público com as invasões, já que essa prática acaba por promover a valorização do solo e por impor a implantação de serviços e infra-estruturas. Ademais, agrega um relativo acréscimo de renda ao município e, em alguns casos, votos ao poder estabelecido. As entrevistas com o setor público confirmaram a ausência de políticas públicas condizentes com o crescente volume de demandas da população de baixa renda, assim como a premência de uma atuação que permita suprir minimamente as necessidades dessa população.

### 3 GESTÃO DO ESPAÇO

A problemática litorânea, de fato com peculiaridades, não diverge das demais espacialidades de concentração, no que concerne à gestão do espaço, para que contemple as necessidades da população e da dinâmica produtiva numa mancha de ocupação contínua. Para a eficácia dessa gestão pressupõem-se a presença de recursos financeiros de ordem pública e/ou a capacidade para sua obtenção junto às fontes existentes, sejam públicas e/ou privadas; o exercício de um modelo de governança que otimize a participação dos agentes que produzem o espaço, quais sejam, os setores público e privado, e a sociedade em todas as suas formas de organização, explicitando compromissos e prioridades; e a necessidade inquestionável de articulação inter-municipal (IPARDES, 2000; MOURA, 1995).

No âmbito financeiro, o conjunto dos municípios dessa ocupação contínua vem apresentando queda no total das receitas, entre os exercícios de 1998 e 1999. Essa retração generalizada de todas as fontes não decorre de alterações no perfil dos ingressos. Paranaguá, dada sua dinâmica econômica peculiar, apresenta acentuada predominância das transferências correntes, 58,72% em 1999 (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE, 2000), definida fundamentalmente pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – tabela 7. Diferentemente dos demais, também viabiliza um ingresso expressivo do Imposto sobre Serviços (ISS), 23,84% no total da receita de 1999 e fonte principal da sua receita tributária. Para os demais municípios, a fonte principal está na receita tributária, basicamente no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), que embora decresça para todos, é distintamente predominante em Matinhos e Pontal

do Paraná. Essa fonte, em 1999, representou para Matinhos 38,21% do total da receita, enquanto para Paranaguá, apenas 5,39%. Cabe notar que o ingresso originado no IPTU em Paranaguá é de US\$ 952.089,68, enquanto em Pontal do Paraná, município de dimensão bem menor, alcança US\$ 1.507.875,67. Nos demais, esses valores são também superiores.

Todos esses municípios têm ainda a particularidade de contar com o ingresso do ICMS Ecológico,<sup>2</sup> o que significa relativa elevação na receita. Dentre os municípios da ocupação contínua litorânea, Guaratuba apresenta a participação mais elevada em relação ao ICMS, compondo 30,70% da sua receita, e Paranaguá, a menor fração, 6,33%.

Comparados a partir da relação entre número de domicílios/valor do IPTU, os municípios balneários distinguem-se por uma gerência tributária que resulta em valores por domicílio extremamente mais elevados para Matinhos, que registra em 1999 a média de US\$ 156,80, enquanto Paranaguá registra apenas US\$ 24,65 (tabela 8).

Embora essas diferenças sejam menos díspares na média da receita total *per capita*, o município de Matinhos mantém resultados bastante vantajosos (US\$ 470,74), tanto em relação a Paranaguá (US\$ 206,02) quanto a Guaratuba (US\$ 233,85). Porém, o fato que merece ser sublinhado é a posição favorável de Pontal do Paraná que, recentemente emancipado, tem a receita total *per capita* mais elevada da ocupação contínua litorânea, US\$ 548,36.

Considerado o conjunto de indicadores financeiros, o desempenho tributário situa esses municípios num patamar de relativa autonomia, já que a dependência com relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) não chega a ser extremada, como ocorre num grande número de municípios.

No que se refere às condições de investimentos, apenas Paranaguá não apresenta capacidade de formação de poupança líquida, portanto não apresenta essa disponibilidade (tabela 9). Para os demais, registra-se a realização de investimentos acima de sua capacidade de poupança, fato que deve estar comprometendo os recursos do exercício seguinte.

Embora o quadro do desempenho financeiro aponte uma situação não tão precária e passível de otimização, a gestão vem se realizando ainda sem a garantia de articulação intermunicipal para o exercício das funções peculiares aos aglomerados. Tampouco se encontram disponíveis instrumentos e mecanismos abertos à participação e controle público, tanto do uso do solo quanto da proposição e aplicação de políticas públicas. Do mesmo modo, não se verificam movimentos formais de participação entre os agentes locais. O Conselho de Desenvolvimento do Litoral,<sup>3</sup> única instância articuladora devidamente estabelecida, ainda não conquistou uma sistemática de ação eficaz e integradora, importando consolidar, na prática, suas pertinentes competências. Em suas intenções, merece destaque a de constituir Fóruns de Cidadania, mecanismo que poderá estar abrindo canais para o direito de participação dos vários segmentos que interagem na região.

A atenção às demandas da área extrapola o nível de competência de uma unidade administrativa, inserindo-se no âmbito da gestão de funções públicas de interesse comum, como abastecimento de água, coleta de lixo, habitação, transporte coletivo, sistema viário, planejamento e controle do uso do solo, gestão ambiental e ações para o desenvolvimento, especialmente no que se refere ao turismo. As características de origem, destino e efeitos dessas funções exigem estruturas articuladas que transcendam uma unidade administrativa e que demonstrem uma visão de conjunto expressa em políticas públicas, sejam sociais, territoriais, urbanas ou ambientais.

<sup>2</sup>Adicional ao ICMS dos municípios, condicionado à presença de unidade de conservação ou manancial de abastecimento hídrico, regido pela Lei Estadual 9491/90 (art. 132, único).

<sup>3</sup>Sobre esse Conselho, ver nesta Revista o artigo "Conselho do Litoral: gestão democrática do espaço costeiro".

TABELA 7 - ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS DA RECEITA MUNICIPAL - OCUPAÇÃO CONTÍNUA LITORÃNEA - PARANÁ - 1998/1999

ORIGEM	EM US\$ 1,00 <sup>(1)</sup>									
	Paranaguá		Guaratuba		Matinhos		Pontal do Paraná			
	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999
Receita Total (valor absoluto)	36 476 999,06	25 519 460,13	13 367 838,95	8 927 544,41	14 631 540,07	10 514 816,60	7 728 515,35	6 258 973,92		
Receita Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Receitas Correntes	99,99	95,90	94,63	95,22	95,27	96,33	98,32	88,84		
Receita Tributária	33,57	31,60	37,02	37,11	54,22	50,08	65,83	47,10		
IPTU	5,39	3,73	24,47	22,29	38,21	35,69	33,97	24,09		
ISS	24,02	23,84	1,19	1,30	1,63	1,21	0,90	0,96		
Outras	4,15	4,03	11,35	13,53	14,38	13,17	30,95	22,04		
Transferências Correntes	58,13	58,72	35,97	45,16	27,69	29,78	24,28	27,06		
FPM	14,54	13,81	17,63	20,00	12,08	12,77	9,72	10,70		
Outras da União	7,68	8,61	9,93	6,87	4,82	6,79	4,28	4,14		
ICMS	21,69	22,59	7,40	7,75	3,88	3,22	2,85	2,74		
Outras do Estado	14,21	13,72	1,00	0,83	6,90	7,00	1,14	0,37		
Outras Transf. Correntes	-	-	-	9,72	-	-	6,29	9,12		
Outras Receitas Correntes	8,29	5,57	21,65	12,94	13,36	16,47	8,22	14,68		
Receita de Capital	0,01	4,10	5,37	4,78	4,73	3,67	1,68	11,16		

FONTE: CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE. **Comportamento das finanças dos municípios da região do litoral paranaense.** Curitiba, 2000. 55 p.

<sup>(1)</sup> Convertido pelo dólar médio anual (comercial).

TABELA 8 - INDICADORES DAS FINANÇAS MUNICIPAIS - OCUPAÇÃO CONTÍNUA LITORÂNEA - PARANÁ - 1999

MUNICÍPIO	IPTU/ DOMICÍLIO (US\$1,00)	RECEITA PER CAPITA (US\$1,00)
Paranaguá	24,65	206,02
Guaratuba	86,39	233,85
Matinhos	156,80	470,74
Pontal do Paraná	80,93	548,36

FONTE: CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE. **Comportamento das finanças dos municípios da região do litoral paraense.** Curitiba, 2000. 55 p.

TABELA 9 - INDICADORES DAS FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS - OCUPAÇÃO CONTÍNUA LITORÂNEA - PARANÁ - 1999

MUNICÍPIO	EM US\$ 1,00				
	IPTU/ Domicílio	Receita Per capita	Disponibilidade Inv. Público	Capacidade de poupança	Desempenho Tribut. e Econ.
Paranaguá	24,65	206,02	-134 362,49	-574 336,06	3,93
Guaratuba	86,39	233,85	1 367 215,49	975 160,13	2,24
Matinhos	156,80	470,74	1 389 852,93	1 003 481,42	4,17
Pontal do Paraná	80,93	548,36	767 499,24	225 240,46	4,66

MUNICÍPIO	EM US\$ 1,00			
	Dependência de Transferências	Inv. públicos/ Receita	Despesas sociais/Receita	Compromet. c/ a dívida
Paranaguá	58,77	9,10	50,35	96,23
Guaratuba	45,48	19,80	58,39	46,43
Matinhos	29,78	15,09	57,86	34,12
Pontal do Paraná	27,41	15,56	39,36	34,82

FONTE: CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE. **Comportamento das finanças dos municípios da região do litoral paraense.** Curitiba, 2000. 55 p.

A Ilha do Mel é exemplar no que se refere à complexidade da gestão entre instâncias administrativas: além de pertencer ao Governo do Estado, que realiza seu controle de uso e ocupação do solo por meio da Secretaria de Meio Ambiente, as demais competências administrativas estão a cargo da prefeitura do município de Paranaguá, e seu acesso principal é realizado a partir de Pontal do Sul. Mesmo que, aparentemente, haja uma ação conjunta dessas instâncias, são sensíveis as lacunas e os conflitos que decorrem da necessidade de uma otimização dessas relações.

Administrar conjuntamente as funções públicas de interesse comum é uma necessidade premente para espaços de concentração como a ocupação contínua litorânea. Os inúmeros territórios (municípios autônomos) que agrega desenvolvem relações complementares, de interdependência ou de subordinação, assim como toda ordem de conflitos, já que são recortados internamente por muitas e diferentes frações de poder e por interesses políticos, econômicos e financeiros divergentes e/ou concorrentes, muitas vezes decorrentes de intencionalidades externas ao conjunto de municípios.

## CONCLUSÃO

A aplicação-piloto das técnicas de análise dos espaços de concentração na ocupação contínua litorânea permitiu dois resultados imediatos e positivos: a) a confirmação de sua eficácia no estabelecimento dos nexos entre as dimensões espacial, demográfica e econômico-social; e b) a constatação da necessidade de que sejam deflagrados processos articuladores para a gestão conjunta. Estes processos são de extrema urgência, dado que os estudos confirmam a tendência à densificação dessa mancha contínua e mudanças em suas características originais, com a urbanização avançando sobre um espaço ambientalmente vulnerável e com a convivência entre áreas modernas de veraneio e bolsões de moradia permanente de população de baixa renda, ambos em processo de intensificação.

A expansão contígua da mancha de ocupação e o elevado crescimento da população pobre, sustentada pelas oportunidades de trabalho abertas pela indústria do turismo litorâneo e pela presença de um segundo domicílio para lazer das classes média e alta, aumentam e diversificam as demandas por serviços públicos e infra-estrutura. Tal aumento e diversificação requerem um melhor preparo das estruturas administrativas para o atendimento de um volume maior de necessidades, como também impõem a articulação para o exercício do atendimento conjunto das funções públicas de interesse comum a mais de um município. No caso paranaense, soma-se o fato de Pontal do Paraná ter sido recentemente desmembrado de Paranaguá, carecendo ainda de uma melhor estruturação administrativa.

A dificuldade inerente a um processo de gestão articulada entre municípios é agravada no caso desta ocupação contínua, pois a mancha de ocupação extrapola os limites paranaenses com Santa Catarina e apenas não se une à mancha de ocupação do município de Itapoá devido ao bloqueio físico apresentado pelo Rio Sahi-Guaçu. O igualmente intenso crescimento desse município aponta para a importância de uma articulação que transcenda os limites estaduais, já que os problemas, as demandas e mesmo os veranistas são comuns aos dois estados.

As informações agregadas por setores censitários e a leitura do espaço, com o suporte de estudos anteriores, apontam, de modo geral, problemas como a agressão às áreas de mangues, restingas, encostas, e o precário atendimento em saneamento básico, comprometendo, nas temporadas, a qualidade sanitária de toda a população. Tornam evidente a necessidade de maior controle da ocupação que adentra áreas ambientalmente vulneráveis, como parcelamentos e edificações nas encostas e áreas sujeitas à dinâmica costeira, condomínios fechados, responsáveis pela expansão da mancha de ocupação na orla, e marinas nas margens de rios e baías – empreendimentos estes que ainda cerceiam o acesso público aos bens naturais.

As entrevistas realizadas chamam atenção para a priorização das benfeitorias públicas às áreas de veraneio e para a falta de rigidez na aplicação das leis urbanísticas, dentre outros. Vale apontar, no entanto, que, ainda que se perceba maior dotação de redes de infra-estrutura e equipamentos públicos nas áreas mais valorizadas, observa-se uma ausência de serviços de manutenção e de projetos de ampliação que sejam compatíveis com a crescente demanda. Nas áreas menos valorizadas, as carências tornam-se mais visíveis e atingem os limites da escassez.

Essas constatações remetem aos mesmos padrões de segregação socioespacial decorrentes das lógicas de apropriação do solo e de desempenho das atividades econômicas das demais espacialidades (CARACTERIZAÇÃO, 1999; IPARDES, 2000). Neste caso, há o agravante de se ter tradicionalmente priorizado os interesses de atividades e serviços associados a funções de turismo e lazer, os quais nem sempre decorrem de um processo de planejamento que incorpore as questões socioambientais.

Nesse sentido, deve ser reforçada a atuação do Conselho de Desenvolvimento do Litoral, dado seu potencial como elemento articulador e indutor de políticas públicas, e sua competência de ação como órgão disciplinador do uso e ocupação do solo do território costeiro. Sua organização, que prevê a participação de entidades públicas e privadas, pode sinalizar a democratização do processo decisório. Mesmo assim, outros espaços de participação devem ser abertos e/ou incentivados.

Diante desse quadro, o principal e imediato desdobramento que o trabalho iniciado sugere é abrir um programa de debates com as administrações que se instalam, buscando viabilizar alternativas de desenvolvimento para a área, assim como incentivar a articulação entre as diversas gestões municipais, dando início à discussão sobre alternativas de gestão dos espaços de aglomeração. Esse programa deve estender-se à comunidade técnica (pesquisadores da Universidade, órgãos públicos setoriais e regionais, dentre outros), assim como à comunidade local, permitindo aferir e difundir as conclusões e as tendências.

Por fim, transpondo os resultados colhidos especificamente para a ocupação contínua litorânea, as conclusões deste trabalho devem motivar sua reprodução em outras espacialidades de concentração – como já vem ocorrendo no norte do Estado –, disponibilizando o referencial metodológico para futuras aplicações e adequando-o a novos temas ou diferentes objetivos.

## REFERÊNCIAS

- ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C. de. Morfodinâmica costeira. In: LIMA, R. E. de; NEGRELLE, R. R. B. (Org.). **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná**: diagnóstico. Curitiba: Ed. da UFPR: UFPR/NIMAD, 1998. p.175-184. Projeto PADCT-NIMAD-Litoral.
- CANEPARO, S. C. Crescimento urbano de Paranaguá sobre o ecossistema de manguezal. In: LIMA, R. E. de; NEGRELLE, R. R. B. (Org.). **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná**: diagnóstico. Curitiba: Ed. da UFPR: UFPR/NIMAD, 1998. p.165-174. Projeto PADCT-NIMAD-Litoral.
- CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília: IPEA; Rio de Janeiro: IBGE; Campinas: UNICAMP/IE/NESUR, 1999. 2v. (Coleção pesquisas, 3).
- CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1. A sociedade em rede.
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE. **Comportamento das finanças dos municípios da região do litoral paranaense**. Curitiba, 2000. 55 p.
- DESCHAMPS, M. V. et al. Afinal, o que induz o crescimento nas aglomerações litorâneas? ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais**. Caxambu: ABEP, 2000. CD-ROM.
- DIAS JUNIOR, C. G. et al. Counties management and GIS wildlife data bank system: the Guaraqueçaba APA Project. SYMPOSIUM MAPPING AND GEOGRAPHIC INFORMATION SYSTEMS, 1994, Athens. **Proceedings of the Symposium**. Athens: ISPRS, 1994. p.77-83.
- FERRARA, L. D'A. **Ver a cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.
- IBGE. **Região de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro, 2000.
- IPARDES. **Dinâmica demográfica da Região Sul**: anos 70 e 80. Curitiba, 1997. 180p. Convênio IPARDES, MEC/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, UNICAMP/Instituto de Economia.
- IPARDES. **Redes urbanas regionais: Sul**. Brasília: IPEA, 2000. (Série Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.

LIMA, R. E. de; NEGRELLE, R. R. B. (Org.). **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná: diagnóstico**. Curitiba: Ed. da UFPR: UFPR/NIMAD, 1998. 266p. Projeto PADCT-NIMAD-Litoral.

MOURA, R. Ainda a gestão de regiões urbanas. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 6., 1995, Brasília. **Modernidade, exclusão e espacialidade do futuro**: anais do... Brasília: ANPUR, 1995, p.53/63.

AS PRAIAS do Paraná: problemas decorrentes de uma ocupação inadequada. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.6, n.1, p.1-4, jan.1984.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVEIRA, M. A. T. da. Ecoturismo na Ilha do Mel. In: LIMA, R. E. de; NEGRELLE, R. R. B. (Org.). **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná: diagnóstico**. Curitiba: Ed. da UFPR: UFPR/NIMAD, 1998. p.223-229. Projeto PADCT-NIMAD-Litoral.